

Entrevias
Concessionária de
Rodovias S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	14
Balancos patrimoniais	20
Demonstrações de resultados	21
Demonstrações do resultado abrangente	22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	24
Demonstrações do valor adicionado	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras	26



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação Imediata

2024

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
VEPs¹	18.055	17.440	3,5%	70.936	65.925	7,6%
Veículos Leves	6.833	6.560	4,2%	26.122	24.943	4,7%
Veículos Pesados	11.222	10.880	3,1%	44.814	40.982	9,4%
Tráfego²	9.504	9.175	3,6%	36.696	35.105	4,5%
Veículos Leves	6.952	6.688	3,9%	26.641	25.465	4,6%
Veículos Pesados	2.552	2.487	2,6%	10.055	9.640	4,3%
Tarifa Média (R\$)	11,47	11,12	3,2%	11,34	10,87	4,3%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

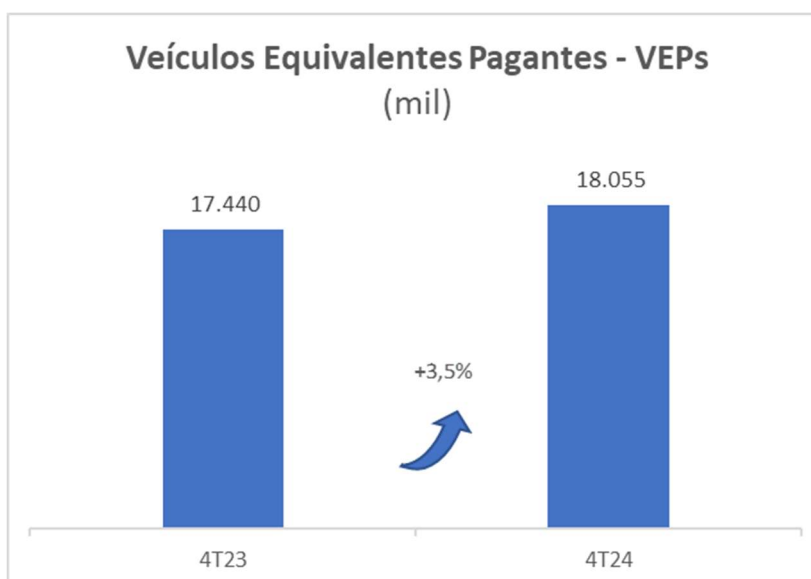
² Refere-se a quantidade de veículos pagantes que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

Variação no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1, 2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no ano (Jan-Dez/24 sobre Jan-Dez/23): Brasil	2,9%	4,6%	3,3%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <https://melhoresrodovias.org.br/indice-abcr/>

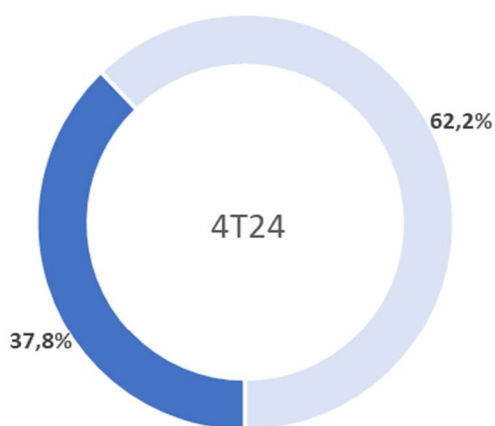
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 3,3% no fluxo total de veículos no exercício.



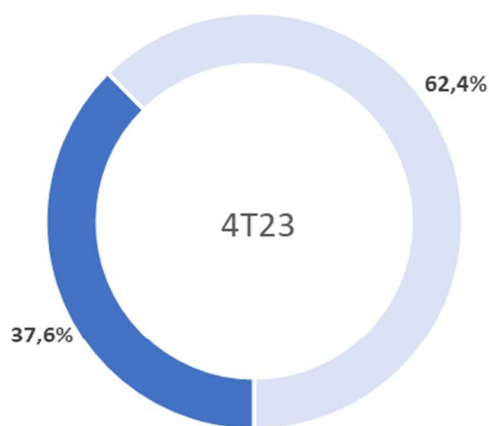


No quarto trimestre do ano, as oito praças de pedágio da Entrevias registraram 18,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 3,5% na comparação com o mesmo período de 2023. Os veículos pesados apresentaram aumento de 3,1%. Nos veículos leves houve um aumento de 4,2%.

Veículos Leves e Pesados



■ Veículos Leves ■ Veículos Pesados



■ Veículos Leves ■ Veículos Pesados

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Receita Bruta	292.132	256.037	14,1%	1.019.034	962.034	5,9%
Receita de Construção (IFRS)	(84.597)	(61.096)	38,5%	(211.564)	(241.704)	-12,5%
Receita Bruta Ajustada¹	207.535	194.941	6,5%	807.470	720.330	12,1%
Receitas com Pedágio	207.117	193.926	6,8%	804.687	716.849	12,3%
Receitas Acessórias	418	1.012	-58,7%	2.783	3.270	-14,9%
Outras	-	3	-100,0%	-	211	-100,0%
Deduções da Receita Bruta	(18.014)	(16.861)	6,8%	(69.947)	(62.290)	12,3%
Receita Líquida Ajustada¹	189.521	178.080	6,4%	737.523	658.040	12,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

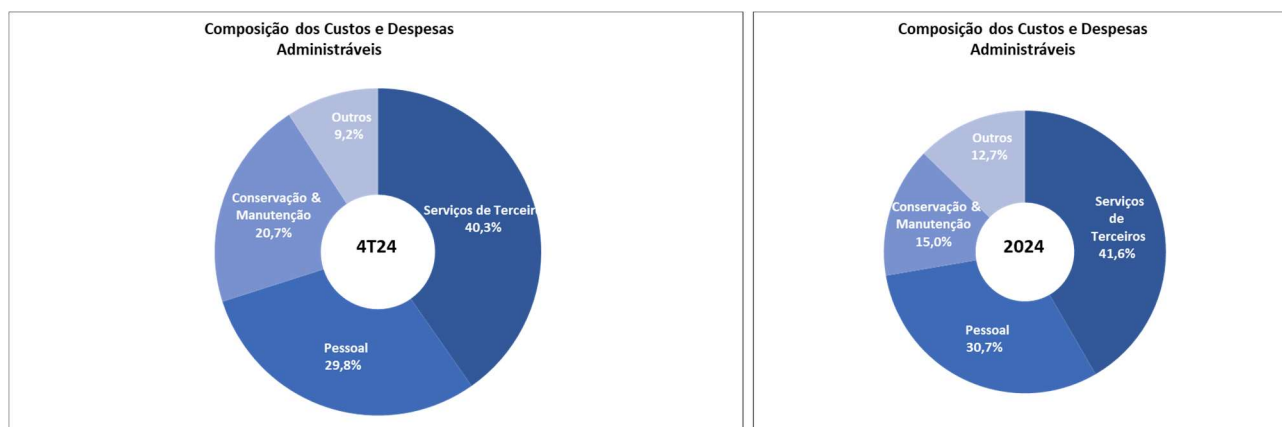
Vide comentário acima do resultado operacional

A Receita Líquida Ajustada do exercício de 2024 apresentou um aumento de 12,1% frente a verificada no exercício de 2023, em virtude do reajuste tarifário de 3,93% contabilizado a partir de 6 de julho de 2024.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ mil) ¹	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Pessoal	(13.181)	(14.127)	-6,7%	(53.114)	(53.799)	-1,3%
Conservação & Manutenção	(9.171)	(6.121)	49,8%	(25.899)	(20.529)	26,2%
Serviços de Terceiros	(17.808)	(24.454)	-27,2%	(72.105)	(73.555)	-2,0%
Seguros	(993)	(752)	32,0%	(3.829)	(3.247)	17,9%
Locações de imóveis e máquinas	2	(71)	-102,2%	(3.600)	(637)	465,1%
Outras despesas operacionais	(3.070)	(3.809)	-19,4%	(14.617)	(13.559)	7,8%
Custos & Despesas Administráveis	(44.220)	(49.335)	-10,4%	(173.164)	(165.326)	4,7%
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(6.205)	(5.808)	6,8%	(24.036)	(21.471)	11,9%
Depreciação & Amortização	(31.194)	(22.062)	41,4%	(115.018)	(81.743)	40,7%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados²	(81.619)	(77.205)	5,7%	(312.218)	(268.540)	16,3%
Custo de Construção (IFRS)	(84.597)	(61.096)	38,5%	(211.564)	(241.704)	-12,5%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(4.713)	(11.559)	-59,2%	(25.532)	(58.256)	-56,2%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	(12.800)	(682)	1776,4%	(29.554)	(18.237)	62,1%
Custos & Despesas Operacionais	(183.730)	(150.542)	22,0%	(578.868)	(586.737)	-1,3%

Os Custos & Despesas Operacionais do exercício de 2024 apresentaram uma diminuição de 1,3% comparado ao exercício de 2023.

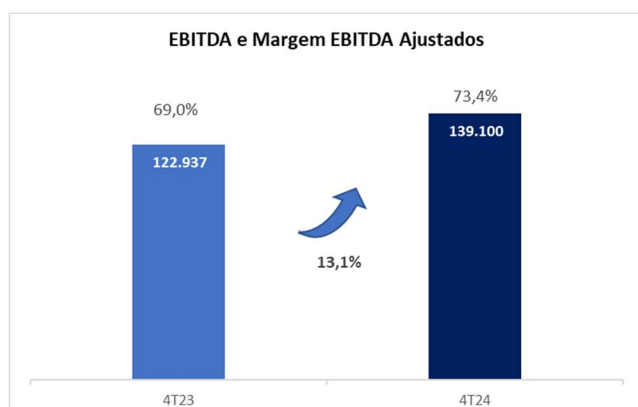




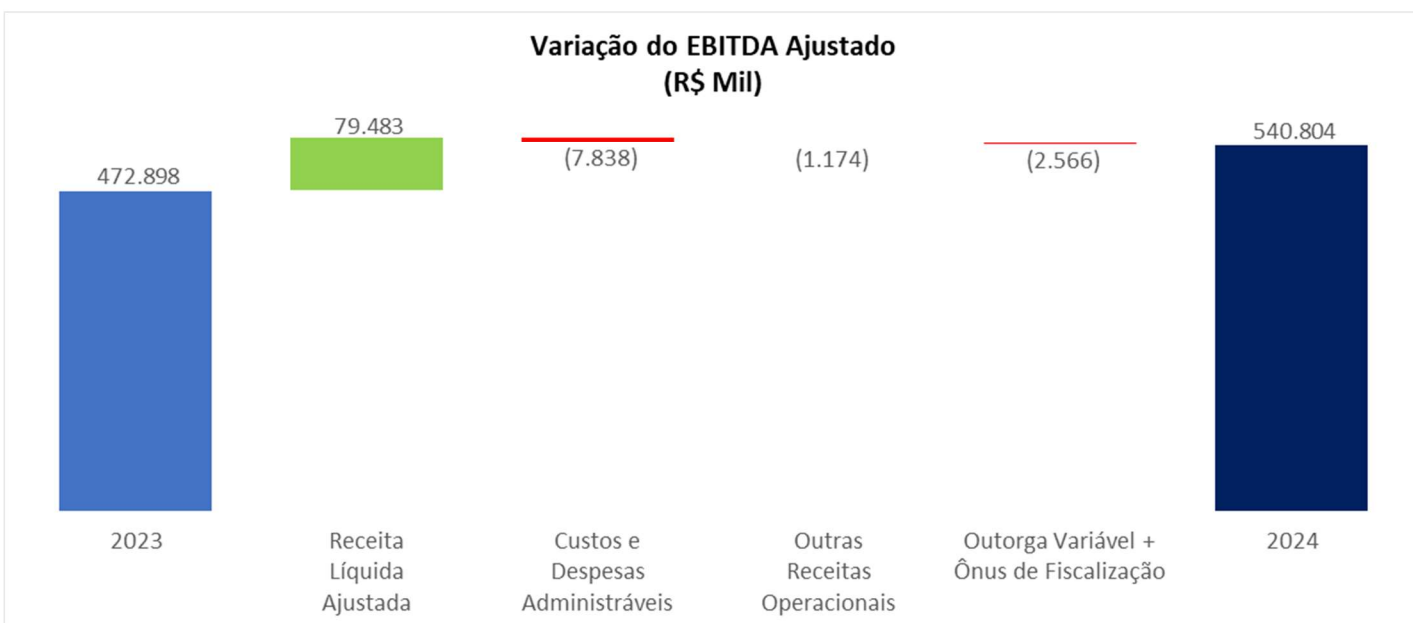
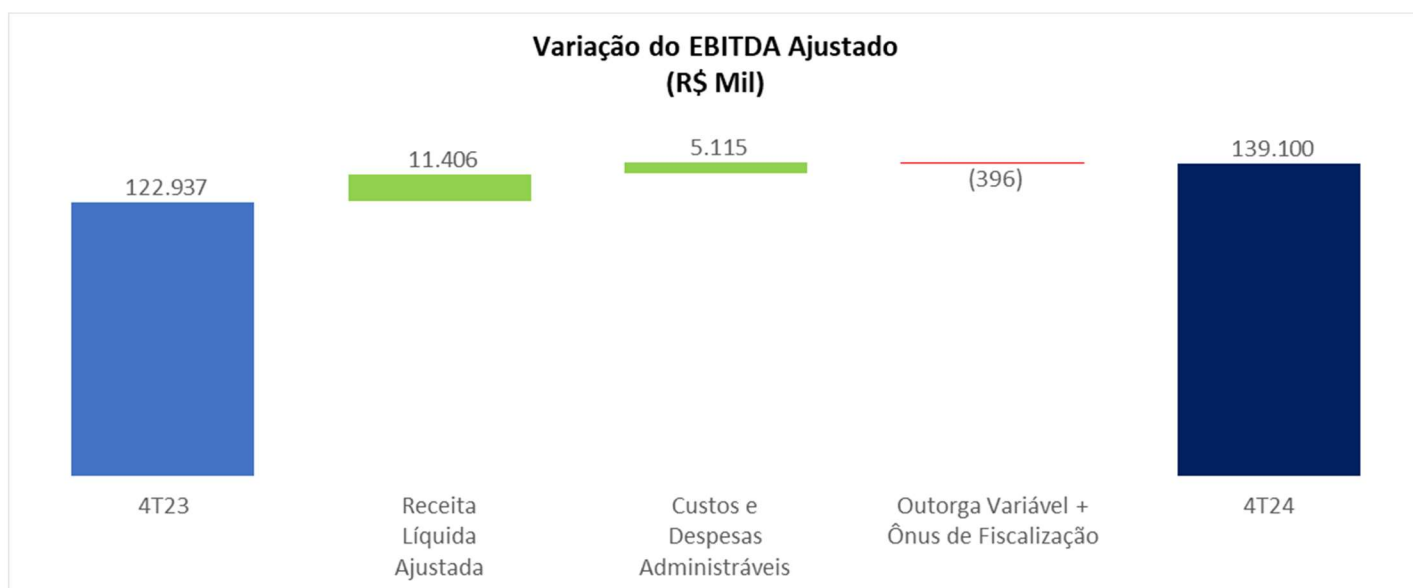
EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Prejuízo/Lucro Líquido	(8.661)	8.290	-204,5%	13.885	(5.722)	-342,7%
Despesas e Receitas Financeiras Líquidas	96.988	74.326	30,5%	342.767	323.382	6,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.880	(3.641)	-206,6%	1.922	(12.656)	-115,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(1.814)	9.658		12.126	9.658	
Depreciação e Amortização	31.194	22.062	41,4%	115.018	81.743	40,7%
EBITDA ICVM 527	121.587	110.696	9,8%	485.718	396.405	22,5%
Margem EBITDA	64,2%	62,2%	2,0 p.p.	65,9%	60,2%	5,6 p.p.
Provisão de Manutenção (IFRS)	4.713	11.559	-59,2%	25.532	58.256	-56,2%
Provisão para Contingências	12.800	682	1776,8%	29.554	18.237	62,1%
EBITDA Ajustado¹	139.100	122.937	13,1%	540.804	472.898	14,4%
Margem EBITDA Ajustada¹	73,4%	69,0%	4,4 p.p.	73,3%	71,9%	1,5 p.p.

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Provisão de Manutenção e às Provisões para Contingências



O EBITDA Ajustado do exercício de 2024 foi de R\$ 540,8 milhões, um aumento de 14,4% comparado ao exercício de 2023.



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Resultado Financeiro	(96.988)	(74.327)	30,5%	(342.767)	(323.382)	6,0%
Receitas Financeiras	13.949	11.151	25,1%	48.087	40.785	17,9%
Juros sobre aplicações financeiras	13.838	10.896	27,0%	47.867	40.200	19,1%
Outros	111	256	-56,5%	220	585	-62,4%
Despesas Financeiras	(110.937)	(85.478)	29,8%	(390.854)	(364.167)	7,3%
Juros e variação monetária sobre debêntures	(106.268)	(80.364)	32,2%	(378.817)	(335.738)	12,8%
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.738)	(1.990)	-12,7%	(7.062)	(9.851)	-28,3%
Juros de arrendamento	(96)	(122)	-21,3%	(350)	(293)	19,5%
Outros	(2.835)	(3.001)	-5,5%	(4.625)	(18.285)	-74,7%

Inflação e Juros	2024	2023	Δ
IPCA Últimos 12 meses	4,83%	4,62%	0,2 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	10,88%	13,04%	-2,2 pp

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9255-indice-nacional-de-precos-do-consumidor-amplo.html?t=series-historicas>

<https://www3.bcb.gov.br/CALC/DADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores@abax5>



O Resultado Financeiro negativo apresentou variação de 6,0%, em comparação ao exercício de 2023. A piora do resultado financeiro ocorreu pela correção monetária sobre as duas debentures.

RESULTADO DO PERÍODO

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Lucro/Prejuízo do Período	(8.662)	8.290	-204,5%	13.885	(5.722)	-342,6%

O resultado do exercício de 2024 foi Lucro de R\$ 13.885 milhões, um aumento de 342,6% comparado ao prejuízo do exercício de 2023.





DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Investimentos (R\$ mil)	2024	2023	Δ
Dívida Bruta	(3.046.293)	(2.763.439)	10,24%
Curto Prazo	(678)	(3.339)	-79,69%
Debêntures	(678)	(3.339)	-79,69%
Longo Prazo	(3.045.615)	(2.760.100)	10,34%
Debêntures	(3.045.615)	(2.760.100)	10,34%
Disponibilidades	452.035	329.962	37,00%
Caixa e equivalentes de caixa	411.731	296.895	38,68%
Aplicações Financeiras Vinculadas ¹	40.304	33.067	21,89%
Dívida Líquida Ajustada	(2.594.258)	(2.433.477)	6,61%

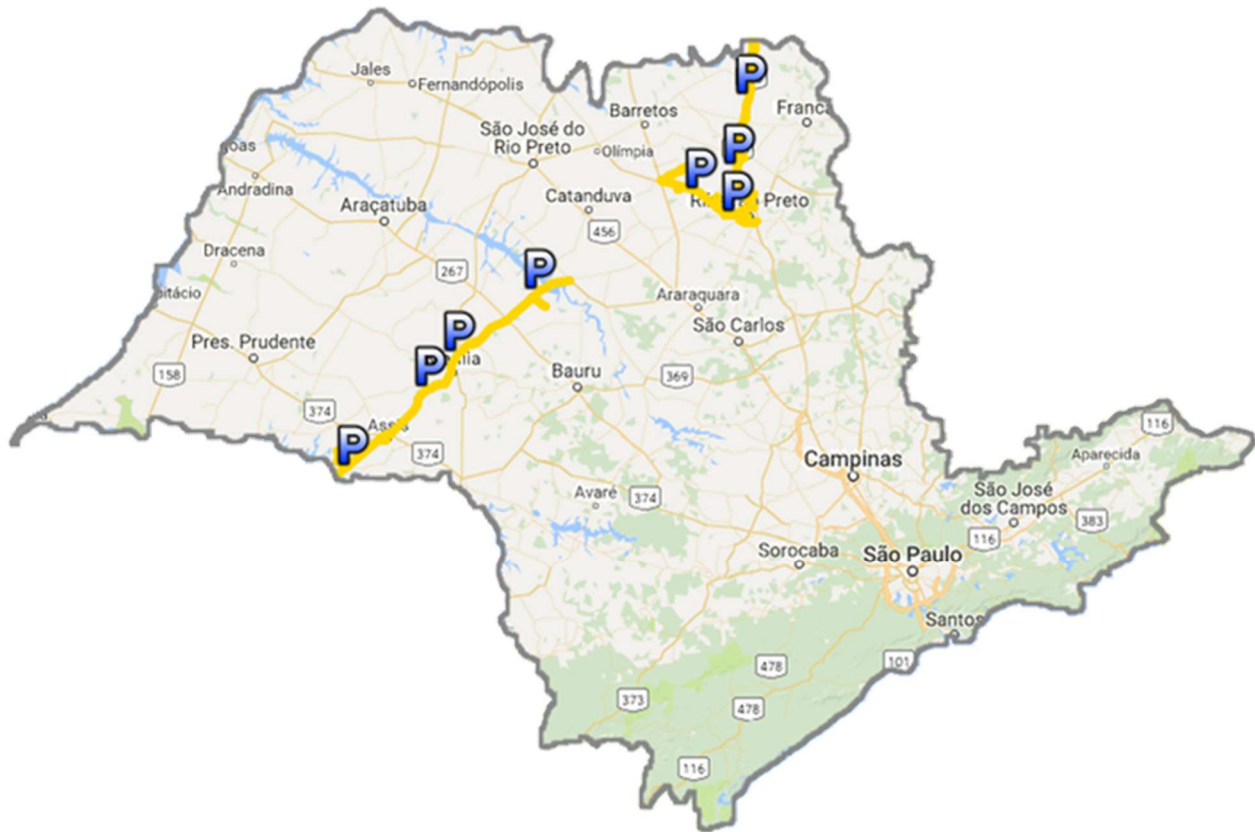
¹ Aplicações financeiras - consideram Certificados de Depósitos Bancários Pós-fixado compromissados

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	2024	2023	Δ
Investimento Total	2.754.101	2.576.309	6,90%
Imobilizado	12.049	11.768	2,38%
Intangível	2.742.052	2.564.541	6,92%
Direito de Concessão (Investimento)	2.723.119	2.549.467	6,81%
Software/Direito de Uso	10.709	7.986	34,09%
Direitos de Uso - IRFS 16	8.224	7.087	16,05%

SOBRE A COMPANHIA

A ENTREVIAS



A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., foi constituída em 4 de outubro de 2016, tendo por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, com a sede na Rodovia Atílio Balbo, KM 327,5 - Sertãozinho - SP.

O lote rodoviário administrado pela Entrevias cruza as microrregiões de Assis, Borborema, Marília, Ituverava, Pongai, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. A economia da região é predominantemente voltada à agricultura, silvicultura e exploração florestal. Outros setores representativos são os de construção, alimento e bebidas e transporte e armazenagem.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T24	4T23	Δ	2024	2023	Δ
Receita Bruta	292.097	256.037	14,1%	1.019.034	962.034	5,9%
Receitas com Pedágio	207.117	193.926	6,8%	804.687	716.849	12,3%
Receitas Acessórias	418	1.012	-58,7%	2.783	3.270	-14,9%
Receita de Construção (IFRS)	84.597	61.096	38,5%	211.564	241.704	-12,5%
Deduções da Receita Bruta	(18.014)	(16.861)	6,8%	(69.947)	(62.290)	12,3%
Outros	(35)	3	-1266,7%	-	211	-100,0%
Receita Líquida	274.083	239.176	14,6%	949.087	899.744	5,5%
Custos & Despesas	(183.730)	(150.542)	22,0%	(578.868)	(586.737)	-1,3%
Pessoal	(13.181)	(14.127)	-6,7%	(53.114)	(53.799)	-1,3%
Conservação & Manutenção	(9.171)	(6.121)	49,8%	(25.899)	(20.529)	26,2%
Operacionais	(17.808)	(24.454)	-27,2%	(72.105)	(73.555)	-2,0%
Locações de imóveis e máquinas	2	(71)	-102,2%	(3.600)	(637)	465,1%
Outras despesas operacionais	(3.070)	(3.809)	-19,4%	(14.617)	(13.559)	7,8%
Outorga Variável + Ônus de Fiscalização	(6.205)	(5.808)	6,8%	(24.036)	(21.471)	11,9%
Seguros	(993)	(752)	32,0%	(3.829)	(3.247)	17,9%
Custo de Construção (IFRS)	(84.597)	(61.096)	38,5%	(211.564)	(241.704)	-12,5%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(4.713)	(11.559)	-59,2%	(25.532)	(58.256)	-56,2%
Provisões Regulatória, Cível e Trabalhista	(12.800)	(682)	1776,4%	(29.554)	(18.237)	62,1%
Depreciação & Amortização	(31.194)	(22.062)	41,4%	(115.018)	(81.743)	40,7%
Outras receitas operacionais líquidas	40	-	-	481	1.655	-70,9%
RESULTADO OPERACIONAL	90.393	88.634	2,0%	370.700	314.662	17,8%
Resultado Financeiro	(96.988)	(74.326)	30,5%	(342.767)	(323.382)	6,0%
Receitas Financeiras	13.949	11.151	25,1%	48.087	40.785	17,9%
Juros sobre Aplicações Financeiras	13.838	10.896	27,0%	47.867	40.200	19,1%
Outros	111	256	-56,5%	220	585	-62,4%
Despesas Financeiras	(110.937)	(85.478)	29,8%	(390.854)	(364.167)	7,3%
Juros e variação monetária sobre debêntures	(106.268)	(80.364)	32,2%	(378.817)	(335.738)	12,8%
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.738)	(1.990)	-12,7%	(7.062)	(9.851)	-28,3%
Juros de arrendamento	(96)	(122)	-21,3%	(350)	(293)	19,5%
Outros	(2.835)	(3.001)	-5,5%	(4.625)	(18.285)	-74,7%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(6.594)	14.308	-146,1%	27.933	(8.720)	-420,3%
Imposto de Renda Corrente	1.336	(7.122)	-118,8%	(8.903)	(7.122)	25,0%
Contribuição Social Corrente	478	(2.536)	-118,8%	(3.223)	(2.536)	27,1%
IR & CSL Correntes	1.814	(9.658)	-118,8%	(12.126)	(9.658)	25,6%
Imposto de Renda Diferido	(2.789)	2.781	-200,3%	(1.354)	9.306	-114,5%
Contribuição Social Diferida	(1.092)	859	-227,1%	(568)	3.350	-117,0%
IR & CSL Diferidos	(3.881)	3.641	-206,6%	(1.922)	12.656	-115,2%
RESULTADO DO PERÍODO	(8.662)	8.290	-204,5%	13.885	(5.722)	-342,6%



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	2024	2023	Passivo (R\$ Mil)	2024	2023
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	411.731	296.895	Fornecedores	50.808	41.584
Aplicações financeiras vinculadas	40.304	33.067	Debêntures	678	3.339
Contas a receber	55.261	50.178	Credor pela concessão	1.892	1.703
Contas a receber de partes relacionadas	2	23	Adiantamento de clientes	5.007	5.172
Estoques	16.456	9.699	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.487	10.602
Adiantamento a fornecedores	1.804	2.422	Obrigações Fiscais	12.587	11.506
Despesas antecipadas	4.365	3.299	Outras contas a pagar	191	1.337
Outros ativos	5.454	5.474	Passivos com partes relacionadas	17.596	6.788
Total do ativo circulante	535.377	401.057	Passivo de arrendamento	1.064	2.264
Ativo Não Circulante			Provisões para manutenção	37.677	31.333
Outros ativos	289	12	Total do passivo circulante	138.987	115.627
Tributos a recuperar	10.239	2.497	Passivo Não Circulante		
Tributos diferidos	268.938	270.860	Debêntures	3.045.615	2.760.100
Imobilizado	12.049	11.768	Provisões para manutenção	217.618	235.370
Intangível	2.358.704	1.789.604	Passivo de arrendamento	4.533	1.953
Infraestrutura em andamento	383.348	774.937	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	64.459	53.837
Total do ativo não circulante	3.033.567	2.849.678	Total do passivo não circulante	3.332.225	3.051.260
TOTAL DO ATIVO	3.568.944	3.250.735	Patrimônio Líquido		
			Capital Social Realizado	580.628	580.628
			Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	11.509	11.509
			Lucros/Prejuízos Acumulados	(494.405)	(508.290)
			Total do patrimônio líquido	97.732	83.847
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.568.944	3.250.735

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2024: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)

A Diretoria da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou:

- i. com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e
- ii. com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Sertãozinho, 28 de março de 2025

Jose Henrique de Ávila
Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Gilson de Oliveira Carvalho
Contador CRC MG -080016/O-0T – SP



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Sertãozinho – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimentos dos custos capitalizados no ativo da concessão

Veja as notas explicativas 2.4 (ii), 2.5 (v) e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu adições no montante de R\$137.842 mil referente a infraestrutura em construção que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, nas adições de infraestrutura em construção, que compreende a:<ul style="list-style-type: none">(i) inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e(ii) inspeção das medições de andamento das obras.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

Veja as notas explicativas 2.5 (xv) (a), e 19 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.</p> <p>Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos principais desenho dos controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. <p>(i) efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil.</p> <p>(ii) obtivemos confirmação junto as empresas de arrecadação automática de pedágio, bem como das empresas de custódia de valores, responsáveis pela coleta da arrecadação manual, para o total da receita gerada pela Companhia;</p> <p>(iii) obtivemos o extrato bancário e inspecionamos a totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram o reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio, os quais foram registrados pela Companhia.</p> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

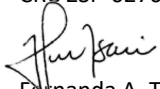
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	411.731	296.895	Fornecedores	11	50.808	41.584
Aplicações financeiras vinculadas	4	40.304	33.067	Debêntures	13	678	3.339
Contas a receber	5	55.261	50.178	Credor pela concessão	12	1.892	1.703
Contas a receber de partes relacionadas	14	2	23	Adiantamento de clientes		5.007	5.172
Estoques	6	16.456	9.699	Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		11.487	10.602
Adiantamento a fornecedores		1.804	2.422	Impostos, taxas e contribuições	7.b	12.587	11.506
Despesas antecipadas		4.365	3.299	Outras contas a pagar		191	1.337
Outros ativos		5.454	5.474	Contas a pagar com partes relacionadas	14	17.596	6.788
Total do ativo circulante		<u>535.377</u>	<u>401.057</u>	Passivo de arrendamento	16	1.064	2.264
				Provisão para manutenção	15	<u>37.677</u>	<u>31.333</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		289	12	Total do passivo circulante		<u>138.987</u>	<u>115.628</u>
Impostos a recuperar	7.a	10.239	2.497	Debêntures	13	3.045.615	2.760.100
Impostos diferidos	8	268.938	270.860	Provisão para manutenção	15	217.618	235.370
		<u>279.466</u>	<u>273.369</u>	Passivo de arrendamento	16	4.533	1.953
				Provisão para riscos processuais	17	<u>64.459</u>	<u>53.837</u>
				Total do passivo não circulante		<u>3.332.225</u>	<u>3.051.260</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	9	12.049	11.768	Capital social integralizado	18	580.628	580.628
Intangível	10	2.358.704	1.789.604	Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis	13	11.509	11.509
Infraestrutura em construção	10	383.348	774.937	Prejuízos acumulados		<u>(494.405)</u>	<u>(508.290)</u>
		<u>2.754.101</u>	<u>2.576.309</u>	Total do patrimônio líquido		97.732	83.847
Total do ativo não circulante		<u>3.033.567</u>	<u>2.849.678</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u><u>3.568.944</u></u>	<u><u>3.250.735</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>3.568.944</u></u>	<u><u>3.250.735</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o prejuízo por ação)

	explicativa	2024	2023
	a		
RECEITA LÍQUIDA	19	949.087	899.744
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	<u>(501.081)</u>	<u>(522.049)</u>
LUCRO BRUTO		448.006	377.695
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	20	(74.845)	(60.380)
Outras despesas	20	(2.942)	(4.308)
Outras receitas	20	<u>481</u>	<u>1.655</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		370.700	314.662
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	48.087	40.785
Despesas financeiras	21	<u>(390.854)</u>	<u>(364.167)</u>
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		(342.767)	(323.382)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		27.933	(8.720)
	8		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(12.126)	(9.658)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(1.922)</u>	<u>12.656</u>
LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>13.885</u>	<u>(5.722)</u>
Lucro/(Prejuízo) por ação - básico e diluído	22	0,02	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	13.885	(5.722)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>13.885</u>	<u>(5.722)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital social Subscrito	Prêmio de opção sobre debêntures convertíveis	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	<u>580.628</u>	<u>11.509</u>	<u>(502.568)</u>	<u>89.569</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(5.722)	(5.722)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	<u>580.628</u>	<u>11.509</u>	<u>(508.290)</u>	<u>83.847</u>
Lucro do exercício	-	-	13.885	13.885
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>580.628</u>	<u>11.509</u>	<u>(494.405)</u>	<u>97.732</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(Prejuízo) do exercício		13.885	(5.722)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	20	115.017	81.743
Valor líquido do intangível e imobilizado baixado		(403)	-
Provisão manutenção	15	26.309	67.464
Provisão para riscos processuais		27.529	19.696
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	13	385.510	342.487
Receita financeira de títulos e valores mobiliários		(13.480)	(3.318)
Juros sobre contratos de arrendamento	16	349	292
Impostos corrente	8	12.126	9.658
Impostos diferidos	8	1.922	(12.656)
Varição nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(5.062)	(8.198)
Estoques		(6.757)	(108)
Impostos a recuperar		(7.742)	4.058
Adiantamento a fornecedores		618	446
Despesas antecipadas		(1.066)	(754)
Outros ativos		(461)	(744)
Fornecedores		(43.852)	(75.621)
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		885	653
Credor pela concessão - outorga variável		189	622
Impostos, taxas e contribuições		1.081	399
IRPJ e CSLL pagos no exercício		(11.116)	(891)
Provisão para riscos processuais	17	(16.907)	(1.549)
Outras contas a pagar		(1.311)	1.607
Juros pagos debêntures	13	(99.076)	(94.613)
Juros dos contratos de arrendamento mercantil pago	16	(349)	(292)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>377.838</u>	<u>324.659</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas		6.243	8.586
Aquisições de imobilizado		(4.087)	(1.173)
Aquisições de intangível		(258.596)	(224.016)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(256.440)</u>	<u>(216.603)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de debêntures, líquido do custo de captação	13	(3.580)	(6.866)
Pagamento/ (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	16	(2.982)	(3.496)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades de financiamento		<u>(6.562)</u>	<u>(10.362)</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>114.836</u>	<u>97.694</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		296.895	199.201
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	3	<u>411.731</u>	<u>296.895</u>
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>114.836</u>	<u>97.694</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	2024	2023
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e receita acessória		807.470	720.119
Com construção	19	211.564	241.704
Outras receitas		481	1.866
		<u>1.019.515</u>	<u>963.688</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo de obra	20	(211.564)	(241.704)
Despesa operacional		(75.499)	(99.464)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(86.102)	(86.754)
Ônus variável da concessão		<u>(24.036)</u>	<u>(21.471)</u>
Valor adicionado bruto		622.314	514.296
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	20	<u>(115.018)</u>	<u>(81.743)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		507.296	432.553
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	<u>48.087</u>	<u>40.785</u>
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		<u>555.383</u>	<u>473.338</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR CONSUMIDO			
Pessoal		<u>55.738</u>	<u>53.104</u>
Proventos		31.953	32.024
Benefícios		10.923	11.426
FGTS		2.481	2.359
Outros encargos		10.381	7.295
Impostos, taxas e contribuições		<u>83.997</u>	<u>65.288</u>
Federais		43.571	29.290
Municipais		40.426	35.999
Remuneração de capitais a terceiros		<u>401.763</u>	<u>366.664</u>
Juros		385.879	345.589
Despesas financeiras		4.975	18.578
Aluguéis		10.909	2.496
Atribuído aos acionistas		<u>13.885</u>	<u>(5.722)</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício		13.885	(5.722)
Valor consumido		<u>555.383</u>	<u>473.338</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 4 de outubro de 2016. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários. A Companhia está localizada na Rodovia Atílio Baldo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N - Sertãozinho - SP.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A, a Califórnia Infraestrutura Holding S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto a VINCI Highways do Brasil S.A. e Pátria III - Fundo de Investimento em Participações S.A.

1.1. Contrato de Concessão

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa, no montante de R\$1.376.512, que foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021.

A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$985.752 para obras de ampliação, R\$1.917.461 na restauração de rodovias, R\$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (“Wi-Fi”) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão

Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais.

Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.

A Companhia ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o reequilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

Termo Aditivo 02/2022 ao Contrato de Concessão

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelo Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) determinação de provisões para manutenção – nota explicativa nº 15;
- (b) provisões para riscos processuais – nota explicativa nº 17; e
- (c) elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – notas explicativas nº 08 e 10.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Julgamentos

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 (R1) e *International Financial Reporting Interpretations Committee* – IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47 e IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 19.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 15.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

2.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(ii) Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia.

(iii) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

(a) Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

(iv) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(v) Intangível

A Companhia quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras.

(vi) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(vii) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(viii) Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

(ix) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(x) Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2024. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

(xi) Provisão para riscos processuais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(xii) Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicas e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(xiii) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024 não há instrumentos classificados como VJORA.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(xiv) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

(xv) Reconhecimento de receita

a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão (IFRIC 12).

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

c) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

(xvi) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(xvii) Benefícios a empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(xviii) Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir do reconhecimento inicial do passivo de arrendamento, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(xix) Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

(b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa	1.857	4.000
Bancos	1.554	6.132
Aplicações financeiras (i)	<u>408.320</u>	<u>286.763</u>
Total	<u>411.731</u>	<u>296.895</u>

- (i) Referem-se a CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (100% a.a. em 31 de dezembro 2023).

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (100% a.a. em 31 de dezembro de 2023). A aplicação é destinada a atender determinadas obrigações contratuais, de curto prazo, relacionadas à 2ª emissão de debêntures (vide nota explicativa nº 13).

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Aplicação financeira - FIC Ref. DI	<u>40.304</u>	<u>33.067</u>
Total	<u>40.304</u>	<u>33.067</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	53.758	48.704
Receitas acessórias a receber	<u>1.503</u>	<u>1.474</u>
Total	<u>55.261</u>	<u>50.178</u>

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
A vencer	55.261	50.178
Vencidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>55.261</u>	<u>50.178</u>

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

A Companhia avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 23.

6. ESTOQUE

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Material para pavimentação	2.240	2.570
Elementos de proteção e segurança	9.473	1.778
Material de sinalização	2.293	3.451
Outros	<u>2.450</u>	<u>1.900</u>
Total	<u>16.456</u>	<u>9.699</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR E IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

7.a. Impostos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	5.929	2.484
Antecipações do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre estimativa	4.102	-
Outros	<u>208</u>	<u>13</u>
Total	<u>10.239</u>	<u>2.497</u>
Não circulante	<u>10.239</u>	<u>2.497</u>

O cronograma de compensação dos impostos, foi elaborado com base no estudo preparado pela Administração, quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores de impostos a recuperar nos próximos anos.

7.b. Impostos, taxas e contribuições

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
COFINS a recolher	5.413	3.135
PIS a recolher	992	501
ISS a recolher	4.545	4.140
Outros impostos a recolher	<u>1.637</u>	<u>3.730</u>
Total	<u>12.587</u>	<u>11.506</u>

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal e Base negativa	150.793	156.033	(5.240)	(4.225)
Provisão para manutenção	87.150	91.049	(3.899)	6.967
Provisão para riscos processuais	30.644	21.061	9.583	7.484
Outras diferenças temporárias	351	2.717	(2.366)	2.430
Total	<u>268.938</u>	<u>270.860</u>	<u>(1.922)</u>	<u>12.656</u>

Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos:

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2024	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Prejuízo fiscal e Base negativa	156.033	(5.240)	150.793
Provisão para manutenção	91.049	(3.899)	87.150
Provisão para contingências	21.061	9.583	30.644
Outras diferenças temporárias	2.717	(2.366)	351
Total	<u>270.860</u>	<u>(1.922)</u>	<u>268.938</u>

	Ativos		
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	Constituições reconhecidas contra o resultado	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023
Prejuízo fiscal e Base negativa	160.258	(4.225)	156.033
Provisão para manutenção	84.082	6.967	91.049
Provisão para contingências	13.577	7.484	21.061
Outras diferenças temporárias	287	2.430	2.717
Total	<u>258.204</u>	<u>12.656</u>	<u>270.860</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2024	2023
Imposto de renda diferido	197.712	199.066
Contribuição social diferida	71.226	71.794
Total	<u>268.938</u>	<u>270.860</u>
	2024	2023
Lucro (Prejuízo)do exercício antes de IR e CSLL	27.933	(8.720)
Taxa Combinada de impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.497)	2.965
Demais efeitos permanentes	4.551	33
Total	<u>14.048</u>	<u>2.998</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(12.126)	(9.658)
imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.922)	12.656
Total	<u>(14.048)</u>	<u>2.998</u>
Alíquota efetiva	50%	34%

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos fiscais diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que a Companhia atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Parte relevante do trecho sob concessão da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de concessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do plano de negócios da Companhia e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pela Companhia. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava.

As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongai, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2024 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	880	1.169	5.522	7.362	230	6.319	283	2.410	24.175
Adições	56	1	1.004	427	-	2.153	55	391	4.087
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>936</u>	<u>1.170</u>	<u>6.526</u>	<u>7.789</u>	<u>230</u>	<u>8.472</u>	<u>338</u>	<u>2.801</u>	<u>28.262</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(126)	(515)	(2.449)	(4.398)	(214)	(4.322)	(62)	(321)	(12.407)
Adições	(57)	(118)	(628)	(1.161)	(8)	(1.726)	(23)	(85)	(3.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(183)</u>	<u>(633)</u>	<u>(3.077)</u>	<u>(5.559)</u>	<u>(222)</u>	<u>(6.048)</u>	<u>(85)</u>	<u>(406)</u>	<u>(16.213)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	754	654	3.073	2.964	16	1.997	221	2.089	11.768
Saldo em 31 de dezembro de 2024	753	537	3.449	2.230	8	2.424	253	2.395	12.049
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	880	1.169	5.497	6.484	255	6.093	283	2.341	23.002
Adições	-	-	25	878	-	226	-	69	1.198
Transferências/reclassificações (*)	-	-	-	-	(25)	-	-	-	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>880</u>	<u>1.169</u>	<u>5.522</u>	<u>7.362</u>	<u>230</u>	<u>6.319</u>	<u>283</u>	<u>2.410</u>	<u>24.175</u>
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(78)	(398)	(1.898)	(3.131)	(206)	(3.213)	(43)	(239)	(9.206)
Adições	(48)	(117)	(551)	(1.267)	(8)	(1.109)	(19)	(82)	(3.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(126)</u>	<u>(515)</u>	<u>(2.449)</u>	<u>(4.398)</u>	<u>(214)</u>	<u>(4.322)</u>	<u>(62)</u>	<u>(321)</u>	<u>(12.407)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	802	771	3.599	3.353	49	2.880	240	2.102	13.796
Saldo em 31 de dezembro de 2023	754	654	3.073	2.964	16	1.997	221	2.089	11.768
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

Em 31 de dezembro de 2024, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

10. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	<i>Software</i>	Direitos de uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção(iv)	Total – infraestrutura em construção
<u>Custo</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	801.945	1.376.512	9.221	8.329	2.196.007	2.486	772.451	774.937
Adições	73.986	-	2.608	6.012	82.606	70.327	137.842	208.169
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	(403)	-	(403)
Remensuração	-	-	-	(1.650)	(1.650)	-	-	-
Transferências (*)	599.091	-	264	-	599.355	-	(599.355)	(599.355)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.475.022</u>	<u>1.376.512</u>	<u>12.093</u>	<u>12.691</u>	<u>2.876.318</u>	<u>72.410</u>	<u>310.938</u>	<u>383.348</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(118.535)	(285.391)	(1.235)	(1.242)	(406.403)	-	-	-
Adições	(61.950)	(45.887)	(409)	(2.965)	(111.211)	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(180.485)</u>	<u>(331.278)</u>	<u>(1.644)</u>	<u>(4.207)</u>	<u>(517.614)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Saldo líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	683.410	1.091.121	7.986	7.087	1.789.604	2.486	772.451	774.937
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.294.537	1.045.234	10.449	8.484	2.358.704	72.412	310.938	383.348
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)	-	-	-	-

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	<i>Software</i>	Direitos de Uso – CPC 06/IFRS 16 (iii)	Total – intangível	Adiantamento a fornecedores	Infraestrutura em construção (iv)	Total – infraestrutura em construção
<u>Custo</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	482.890	1.376.512	5.092	10.778	1.875.272	4.298	849.802	854.100
Adições	29.760	-	4.129	5.585	39.474	-	210.132	210.132
Alienações/baixas	-	-	-	(8.034)	(8.034)	-	-	-
Transferências (*)	289.295	-	-	-	289.295	(1.812)	(287.483)	(289.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>801.945</u>	<u>1.376.512</u>	<u>9.221</u>	<u>8.329</u>	<u>2.196.007</u>	<u>2.486</u>	<u>772.451</u>	<u>774.937</u>
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(89.055)	(239.504)	(811)	(6.524)	(335.894)	-	-	-
Adições	(29.480)	(45.887)	(424)	(2.752)	(78.543)	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	8.034	8.034	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(118.535)</u>	<u>(285.391)</u>	<u>(1.235)</u>	<u>(1.242)</u>	<u>(406.403)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Saldo líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	393.835	1.137.008	4.281	4.254	1.539.378	4.298	849.802	854.100
Saldo em 31 de dezembro de 2023	683.410	1.091.121	7.986	7.087	1.789.604	2.486	772.451	774.937
Taxas anuais de amortização - %	(a)	(a)	20%	(a)		-	-	

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) O contrato de concessão e o saldo de capitalização de juros sobre debêntures são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão). Esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O Direito de uso – CPC 06 (R2) / IFRS 16 é amortizado conforme tempo de contrato.
- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.
- (ii) Vide nota explicativa nº 1.1.
- (iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. A Companhia avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.
- (iv) Refere-se a obras e serviços em construção em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativo intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Análise de *impairment*

De acordo com o CPC01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os cálculos do valor e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos.

11. FORNECEDORES

	2024	2023
Fornecedores de obras	42.194	32.674
Fornecedores operacionais	3.001	2.501
Fornecedores de tecnologia	1.712	2.555
Fornecedores diversos	3.901	3.854
Total	<u>50.808</u>	<u>41.584</u>

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

12. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Taxa de fiscalização	1.892	1.703
Total	<u>1.892</u>	<u>1.703</u>

13. DEBÊNTURES

1ª Emissão - partes relacionadas

Em 10 de maio de 2017, a Companhia (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

Conversibilidade das debêntures - as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de “impairment” de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa).

No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R\$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.

O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão).

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Controladores Indiretos alienaram à VINCI ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

Não há cláusulas de “*covenants*” financeiros sobre as debêntures.

2ª Emissão

Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado. O montante total da emissão foi de R\$1.000.000 as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais).

Estão classificados no passivo circulante os juros e 0,25% do principal bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2025.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamento aos acionista até 31 de dezembro de 2024; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Os índices financeiros indicados a seguir são apurados semestralmente com base nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

- (1) Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2024 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,2x.
- (2) Para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,2x.
- (3) Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,75x.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Companhia avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado. A Companhia cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 31 de dezembro de 2024. A Companhia estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados semestralmente nos próximos doze meses, dessa forma, os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Principal (incluindo atualização monetária)	2.290.736	2.188.109
Remuneração (juros)	789.575	616.042
Custos de captação	(34.018)	(40.712)
Total	<u>3.046.293</u>	<u>2.763.439</u>
1ª Emissão de debentures	1.798.395	1.590.173
2ª Emissão de debentures	1.281.916	1.213.978
Custos de captação	(34.018)	(40.712)
Circulante	678	3.339
Não circulante	3.045.615	2.760.100

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2024:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2024
Debêntures	2.763.439	385.510	(3.580)	(99.076)	3.046.293

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2023:

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Juros e atualização monetária	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2023
Debêntures	2.522.430	342.487	(6.865)	(94.613)	2.763.439

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Vencimento longo prazo		
2025	-	3.389
2026	154.286	149.183
2027	2.891.329	2.607.528
Total	<u>3.045.615</u>	<u>2.760.100</u>

14. PARTES RELACIONADAS

Controlador e Controlador final

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que tem como controladora a Infraestrutura Investimentos e Participações S.A, que por sua vez tem como controladora a Califórnia Infraestrutura Holding S.A e controladores em conjunto finais Vinci Highways, do Brasil - Participações S.A e Vinci Highways do Brasil - Participações S.A.

Remuneração dos Administradores

Em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para os exercícios de 2024 e 2023 em até R\$ 8.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2024, foram pagos R\$5.433 a título de benefícios de curto prazo, tais como

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

salários, encargos e outros (em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$ 5.002).

Transações com partes relacionadas

Contas a receber:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Ativo Circulante	
			2024	2023
Eixo SP Concessionária de Rodovias *	Compartilhamento de despesas	Coligada	(6)	7
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.*	Compartilhamento de despesas	Coligada	(9)	-
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas	Coligada	17	16
Total			<u>2</u>	<u>23</u>

Contas a pagar:

Parte relacionada	Transação (a)	Relação	Passivo Circulante	
			2024	2023
Eixo SP Concessionária de Rodovias*	Compartilhamento de despesas	Coligada	46	13
VINCI Highways do Brasil S. A (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	9.780	3.665
Pátria III (a)	Serviços técnicos e de gestão	Acionista indireta	7.752	2.999
Concessionária Auto Raposo Tavares*	Compartilhamento de despesas	Coligada	(16)	23
IBH I Serviços e Participações *	Compartilhamento de despesas	Coligada	34	88
Total			<u>17.596</u>	<u>6.788</u>

Debêntures:

Partes relacionadas – Acionista indireta	Passivo não circulante	
	2024	2023
Pátria III - Fundo de Investimento em Participações - (nota 13)	809.278	715.578
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A - (nota 13)	989.117	874.595
Total	<u>1.798.395</u>	<u>1.590.173</u>

Resultado:

	2024	2023
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A (b)	(9)	-
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b)	107	172
Eixo SP Concessionária de Rodovias (b)	(58)	(102)
Concessionária Auto Raposo Tavares (b)	1	9
Concessionária Auto Raposo Tavares (b)	(7)	(31)
Vinci Highways do Brasil - Participações S.A (c)	(114.522)	(109.315)
Pátria III - Fundo de Investimento em Participações(c)	(93.700)	(89.440)
IBH I Serviços e Participações (b)	6.874	7.574
IBH I Serviços e Participações (b)	(1)	(912)
Total	<u>(201.315)</u>	<u>(192.045)</u>

* Considerado como parte relacionada em atendimento às normas contábeis.

(a) Despesa com a prestação de serviços técnicos, de gestão e licenciamento de marca registrada fornecidos por entidades integrantes do mesmo grupo econômico da Companhia.

(b) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(c) Debêntures

As debêntures conversíveis em ações foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III - Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”), nas condições especificadas na nota explicativa nº 13.

Em 10 de maio de 2023, mediante fato relevante, foi comunicado o fechamento da operação do Contrato de Compra e Venda, por meio do qual os Controladores Indiretos alienaram à Vinci ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”), descrita na nota explicativa nº 13.

15. PROVISÕES PARA MANUTENÇÃO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão para manutenção	305.830	314.676
Ajuste a valor presente	<u>(50.535)</u>	<u>(47.973)</u>
Total	<u>255.295</u>	<u>266.703</u>
Circulante	37.677	31.333
Não circulante	217.618	235.370

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Consumo</u>	<u>Saldo em 2024</u>
Provisão para manutenção	314.676	28.870	(37.716)	305.830
Ajuste a valor presente	<u>(47.974)</u>	<u>(2.561)</u>	-	<u>(50.535)</u>
Total	<u>266.702</u>	<u>26.309</u>	<u>(37.716)</u>	<u>255.295</u>

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Consumo</u>	<u>Saldo em 2023</u>
Provisão para manutenção	326.479	72.554	(47.811)	351.222
Ajuste a valor presente	<u>(79.429)</u>	<u>(5.090)</u>	-	<u>(84.519)</u>
Total	<u>247.050</u>	<u>67.464</u>	<u>(47.811)</u>	<u>266.703</u>

A provisão constituída no passivo, até 31 de dezembro de 2024, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2025 e junho de 2028, conforme “aging” de gastos descrito abaixo:

	Saldo
De janeiro de 2026 a dezembro de 2027	123.023
De janeiro de 2027 a dezembro de 2028	<u>94.595</u>
Total	<u>217.618</u>

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo inicial	4.217	2.128
Adições	6.012	5.585
Remensuração	(1.650)	-
Juros provisionados	349	292
Pagamento de juros	(349)	(292)
Pagamento de principal	(2.982)	(3.496)
Total	<u>5.597</u>	<u>4.217</u>
Circulante	1.064	2.264
Não circulante	4.533	1.953

Para os contratos reconhecidos no ano de 2024, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 6,09% a.a..

17. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

a) Provável

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Provisão para contingência - ação cível	14.878	13.765
Provisão para contingência - ação tributária	288	679
Provisão para contingência - ação trabalhista	4.040	1.423
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	45.253	37.970
Total	<u>64.459</u>	<u>53.837</u>

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis:

	<u>2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>2024</u>
Cível	13.765	1.933	(1.253)	-	433	14.878
Tributária	679	-	(418)	-	27	288
Trabalhista	1.423	2.709	(108)	(253)	269	4.040
Regulatória	37.970	30.237	(1.939)	(16.654)	(4.361)	45.253
Total	<u>53.837</u>	<u>34.879</u>	<u>(3.718)</u>	<u>(16.907)</u>	<u>(3.632)</u>	<u>64.459</u>

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Possível

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Causas possíveis - ação cível	7.117	5.320
Causas possíveis - ação trabalhista	4.745	2.845
Causas possíveis - ação regulatória	90.779	56.708
Total	<u>102.641</u>	<u>64.873</u>

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$ 580.628 (R\$ 580.628 em 31 de dezembro de 2023), representado por 580.628 ações (580.628 em 31 de dezembro de 2023), sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Infraestrutura Investimento e Participação II S.A.	580.628	100

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A segunda emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 31 de dezembro de 2024.

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita com arrecadação de pedágio	804.687	716.849
Receita acessória	2.783	3.270
Receitas com construção (a)	211.564	241.704
Outras	-	211
Receita bruta	<u>1.019.034</u>	<u>962.034</u>
Deduções de receita	<u>(69.947)</u>	<u>(62.290)</u>
Receita líquida	<u>949.087</u>	<u>899.744</u>

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

- a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado foi reconhecido a construção de acordo com ICPC 01 (R1) / IFRIC 12.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com serviços	<u>807.470</u>	<u>720.119</u>
<u>Deduções</u>		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	24.264	21.610
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	5.257	4.682
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	<u>40.426</u>	<u>35.998</u>
Deduções da receita	<u>69.947</u>	<u>62.290</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Custo de construção de obra	(211.564)	(241.704)
Provisão para manutenção	(25.532)	(58.256)
Depreciações e amortizações	(115.018)	(81.743)
Pessoal	(53.114)	(53.799)
Serviços de terceiros (*)	(72.105)	(73.555)
Poder concedente	(24.036)	(21.471)
Conservação e manutenção	(25.899)	(20.529)
Provisão para contingências	(29.554)	(18.237)
Locações de imóveis e máquinas	(3.600)	(637)
Seguros	(3.829)	(3.247)
Outras receitas e despesas operacionais	<u>(14.138)</u>	<u>(11.094)</u>
Total	<u>(578.387)</u>	<u>(585.082)</u>
Custo dos serviços prestados	(501.081)	(522.049)
Despesas administrativas	(74.845)	(60.380)
Outras despesas	(2.942)	(4.308)
Outras receitas	481	1.655
Total	<u>(578.387)</u>	<u>(585.082)</u>

- (*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	47.696	39.506
Variação monetária sobre créditos fiscais	171	694
Outros	220	585
Total	<u>48.087</u>	<u>40.785</u>
Despesas financeiras:		
Juros e variação monetária sobre debêntures 1ª emissão	(219.731)	(187.242)
Juros e variação monetária sobre debêntures 2ª emissão	(159.086)	(148.496)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(7.062)	(9.851)
Juros de arrendamento	(350)	(293)
AVP - Provisão de manutenção	(776)	(7.360)
Outras	(3.849)	(10.925)
Total	<u>(390.854)</u>	<u>(364.167)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(342.767)</u>	<u>(323.382)</u>

22. LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO

O lucro/prejuízo básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro/prejuízo básico e diluído por ação:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro/(prejuízo) referente aos doze meses atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/prejuízo básico/diluído por ação	13.885	(5.722)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico/diluído por ação	580.628	580.628

a) Lucro/(Prejuízo) básico/diluído por ação

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro/(prejuízo) básico/diluído por ação	0,02	(0,01)

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

b) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2024, conforme quadro a seguir:

		<u>31/12/2024</u>	<u>Nível</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	411.731	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	40.304	-
Contas a receber	Custo amortizado	55.261	-
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	2	-
Outros ativos	Custo amortizado	5.743	-
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	53.037	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	3.046.293	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	5.597	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	1.892	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	191	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	15.367	-

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

		<u>31/12/2023</u>	<u>Nível</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	Custo amortizado	296.895	-
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	33.067	-
Contas a receber	Custo amortizado	50.178	-
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	23	-
Outros ativos	Custo amortizado	5.486	-
Passivos			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	41.584	-
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	2.763.439	-
Passivo de arrendamento	Outros passivos financeiros	4.217	-
Credor pela concessão	Outros passivos financeiros	1.703	-
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	1.337	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Outros passivos financeiros	6.788	-

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- (iii) Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

d) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta valores a receber de R\$ 53.758 (R\$ 50.178 em 31 de dezembro de 2023), sendo 97% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e incluem os pagamentos de juros contratuais:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2024	2025	2026 em diante	Total
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	-	-	3.340.992	3.340.992
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	-	678	2.163.686	2.164.364
Fornecedores		53.037	-	-	53.037
Passivo de arrendamento		1.064	4.533	-	5.597
Credor pela concessão		1.892	-	-	1.892
Contas a pagar com partes relacionadas		15.367	-	-	15.367
Outras contas a pagar		191	-	-	191
Total		71.551	5.211	5.504.678	5.581.440

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2023	2024	2025 em diante	Total
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	-	-	2.703.768	2.703.768
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	101.385	99.892	1.884.557	2.085.834
Fornecedores		41.584	-	-	41.584
Passivo de arrendamento		2.264	1.953	-	4.217
Credor pela concessão		1.703	-	-	1.703
Contas a pagar com partes relacionadas		6.788	-	-	6.788
Outras contas a pagar		1.337	-	-	1.337
Total		155.061	101.845	4.588.325	4.845.231

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

f) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
DI Ativo (% ao ano)	15%	18,75%	22,50%	11,25%	7,50%
IPCA Passivo (% ao ano)	5%	6,25%	7,50%	3,75%	2,50%

Os indicadores utilizados para 2024 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 31/12/2024.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2024, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

<i>Instrumentos</i>	<i>Exposição em 31/12/2024</i>	<i>Risco</i>	<i>Cenário provável</i>		<i>Valorização (R\$)</i>		<i>Desvalorização (R\$)</i>	
			<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>
<i>Ativos e passivos financeiros</i>								
Caixas e equivalentes de caixa	411.731	CDI	15%	61.760	77.200	92.639	46.320	30.880
Aplicações financeiras vinculadas	40.304	CDI	15%	6.045	7.557	9.068	4.534	3.023
Debêntures (*)	(3.091.820)	IPCA	5%	(154.591)	(193.239)	(231.886)	(115.944)	(77.296)
Total	(2.639.785)			(86.786)	(108.482)	(130.179)	(65.090)	(43.393)
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					(21.696)	(43.393)	21.696	43.393
<i>Instrumentos</i>	<i>Exposição em 31/12/2023</i>	<i>Risco</i>	<i>Cenário provável</i>		<i>Valorização (R\$)</i>		<i>Desvalorização (R\$)</i>	
			<i>%</i>	<i>Valor</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>	<i>25%</i>	<i>50%</i>
<i>Ativos e passivos financeiros</i>								
Caixas e equivalentes de caixa	286.896	CDI	9 %	26.721	33.401	40.081	20.041	13.360
Aplicações financeiras vinculadas	33.067	CDI	9 %	2.976	3.720	4.464	2.232	1.488
Debêntures (*)	(2.815.660)	IPCA	3,90%	(109.811)	(137.264)	(164.717)	(82.358)	(54.905)
Total	(2.485.696)			(80.114)	(100.143)	(120.172)	(60.068)	(40.057)
<i>Impacto no resultado e patrimônio líquido</i>					(20.029)	(40.058)	20.029	40.057

(*) O valor da 1ª emissão de debêntures, está sendo apresentado sem o saldo redutor de prêmio de opção debêntures e inclui os custos de transação a amortizar.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

24. SEGUROS E GARANTIAS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratarem e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2024, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura - R\$</u>	<u>Vigência</u>
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2025
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2025
Veículos – frota	15.018	Até julho de 2025
D&O	50.000	Até agosto de 2025
Risco de engenharia	1.171.281	Até junho de 2026
Seguro garantia	537.142	Até junho de 2025
Fiança Locatícia	397	Até dezembro de 2029
Seguro Garantia Judicial	97.153	Até março de 2025
Seguro Patrimonial – Galpões	21.500	Até dezembro de 2025

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

26. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Efeito não caixa intangível		
Custo com aquisição intangível	290.776	249.606
Direito de uso - IFRS 16	(6.012)	(5.585)
Saldo de fornecedor no fim do período	<u>(26.168)</u>	<u>(20.005)</u>
	<u>258.596</u>	<u>224.016</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Requalificação tarifária das praças de pedágio de Echaporã (km 354+727) e de Florínia (km 447+458) localizadas na SP 333

Em 16 de janeiro de 2025, o Conselho Diretor da ARTESP publicou no DOESP a deliberação que autorizou a requalificação tarifária das praças de pedágio de Echaporã (km 354+727) e Florínia (km 447+458) localizadas na SP 333, referente à implantação da duplicação, dispositivos e sistemas do trecho compreendido entre os km 337+050 ao km 385+000 da SP 333. As novas tarifas tiveram o início de vigência a partir das 00h do dia 16 de fevereiro de 2025.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 16 de janeiro de 2025, o Conselho Diretor da ARTESP publicou no DOESP a rerratificação da deliberação que autorizou a requalificação tarifária complementar da praça de pedágio Florínia (km 447+458) localizada na SP 333, referente à implantação da duplicação, dispositivos e sistemas do trecho compreendido entre os km 444+520 ao km 450+990 da SP 333. As novas tarifas tiveram o início de vigência a partir das 00h do dia 12 de março de 2025.

Edital de convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures

Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia publicou edital de convocação para assembleia geral de debenturistas da 2ª emissão de debêntures, com a finalidade de obter autorização prévia para captação de nova dívida no valor total de até R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), cujos recursos serão destinados, dentre outros propósitos: (i) para reforço do fluxo de caixa da Companhia, reforçando sua capacidade de investimento frente às obrigações contratuais; (ii) para a concessão de mútuo pela Emissora à Califórnia Infraestrutura Holding S.A., acionista indireto da Companhia.

* * *

José Henrique de Ávila
Presidente

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Gilson de Oliveira Carvalho
Contador CRC MG -080016/O-0T – SP